



**Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.**

**Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos.**

## **MULHER E DIVERSIDADE SEXUAL NO SISTEMA DE TRANSIÇÃO SOCIALISTA CUBANO\***

**MARINA PEREIRA OROSCO LOPES<sup>1</sup>  
JÚLIA MOSCARDINI BATARRA<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este é um estudo bibliográfico que tem a intenção de apresentar fatores importantes que envolvem a questão da mulher e a diversidade sexual em Cuba, cujo sistema é de transição socialista. O país passa por transformações econômicas, políticas e culturais e mesmo sendo um país que luta por uma sociedade sem classes sociais, se mostra uma ilha machista e homofóbica, mas que luta contra as opressões criando políticas públicas e ações educativas para caminhar para uma sociedade com emancipação política e humana.

**Palavras-chave:** Mulher; Diversidade sexual; Cuba.

**Resumen:** Este es un estudio bibliográfico que tiene la intención de presentar factores importantes que involucra la cuestión de la mujer y la diversidad sexual en Cuba, cuyo sistema es de transición socialista. Cuba pasa por transformaciones económicas, políticas y culturales e incluso siendo un país que lucha por una sociedad sin clases sociales, se muestra una isla machista y homofóbica, pero que lucha contra las opresiones creando políticas públicas y acciones educativas para caminar hacia una sociedad con emancipación política y humana.

**Palabras clave:** Mujer; Diversidad sexual; Cuba

### **1. INTRODUÇÃO – situando a proposta estuda e seu método de estudo**

Esse estudo é fruto do envolvimento das autoras em um projeto de Iniciação Científica desenvolvido desde o ano de 2015. De lá para as mesmas mantiveram seus estudos com como parte do projeto “guarda-chuva” coordenado pelo coordenador envolvendo diretamente três universidades do Estado de São Paulo, que ampliou a pesquisa para outros países latino-americano e manteve Cuba como uma das nações estudadas.

Tendo em vista que o Serviço Social no Brasil passou por grandes transformações desde à sua gênese, é essencial ressaltar os estudos e

---

\* Texto produzido a partir dos estudos realizados pelo projeto de pesquisa intitulado “Serviço Social e América Latina: tendências teóricas atuais”. Investigação financiada pela FAPESP, processo 2017/14497-5.

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual Paulista. E-mail: <marina.orosco@hotmail.com>

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual Paulista.

avanços que contribuíram, entre outras tendências teóricas, aquela que incorporou os estudos da teoria social de Marx.

A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Essa determinação é tão importante e de um peso tão decisivo para a compreensão de sua essência, que, antes mesmo de discorrermos sobre o método dialético em si, temos de entendê-la para abordarmos o problema de forma correta. Trata-se aqui da questão da teoria e da prática, e não somente no sentido em que Marx a entendia em sua primeira crítica hegeliana quando dizia que a “teoria se torna força material desde que se apodere das massas”. Trata-se, antes, de investigar, tanto da teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto (LUKÁCS, 2003, p. 64- 65).

Através do Código de Ética e do Projeto Ético-Político da profissão, que deram as diretrizes necessárias para a formação do assistente social a partir do início dos anos 1990 (recuperando o legado crítico dos anos 1980), com uma perspectiva de emancipação política e humana (MARX, 2005), categorias de luta contra o sistema capitalista que domina e atinge à classe trabalhadora e todos os tipos de opressões que residem no sistema. Quanto a isso, Netto (1999, p. 104-105) afirma que:

[...] o projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade com o valor central - à liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com à autonomia, à emancipação e à plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente o projeto profissional vincula-se à um projeto societário que propõe à construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. À partir destas escolhas que fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional.

A teoria social de Marx faz concepções teóricas-metodológicas ao Serviço Social brasileiro, com a perspectiva de totalidade como categoria central do método na teoria social, que foi tomada como referência metodológica para compreender a realidade do objeto, ultrapassar o abstrato posto imediatamente e chegar ao concreto por meio de mediações dos fenômenos estudados.

[...] Antes de mais nada à teoria articula-se sobre a perspectiva da totalidade: à sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, ele mesmos, possuem uma estrutura de totalidade - de maior ou menor complexidade. À categoria da totalidade, nesta angulação,

simultaneamente à categoria central da realidade histórico-social e à categoria nuclear de sua re-produção teórica. (NETTO, 1989, p. 93)

Após dois anos envolvidas com a temática ora estudada e compreendendo que para colocar em prática esse movimento que o Serviço Social brasileiro vem tomando, partindo do princípio de que a questão de gênero e a questão LGBTs, que são situações concretas que envolvem a vida singular dos indivíduos, tornou-se evidente a necessidade das temáticas ganharem espaços de discussões, para que os indivíduos politizem a diversidade e deem um passo na direção da emancipação humana.

[...] quanto mais os assistentes sociais forem capazes de explicar e compreender as lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico- o conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social (YAZBEK, 2010, p. 1)

Mesmo em território cubano, em que as classes sociais que mantêm o capitalismo foram questionadas e enfrentadas com todas as contradições contidas nesse processo, é preciso trabalhar, também, as relações sociais de sexo e relações sociais de raça, que estruturam diferentes formas de vivência, ou seja, permanecendo uma sociedade em que a opressão se faz presente, resultando em desigualdades entre gênero e raça.

## **2. Nota sobre as mulheres e a diversidade sexual em Cuba**

Marx afirma que a história humana supõe a maneira como o homem desenvolve as suas relações sociais, como ser social, para transformar a si próprio e a natureza. Essa transformação, que também é autotransformação, tem como categoria central o trabalho concreto, útil, como teleologia, prévia ideiação, com finalidade-causalidade.

Como sempre ocorre em Marx, também nesse caso o trabalho é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam in nuce: "O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de Todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens. Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza; "desenvolve as potências nela ocultas" e subordina as forças da natureza "ao seu próprio poder. (LUKÁCS, 1979, p.16)

Homens e mulheres respondem, criam e recriam, partindo e alternativas que já foram postas objetivamente por outros seres sociais, criando uma diversidade e trazendo particularidades que os tornam um ser singular mediante a universalidade do gênero humano.

O trabalho, portanto, não é uma exclusividade do sistema capitalista. Ele sempre existiu, foi central para os saltos ontológicos da espécie humana, mas atua de modo diferente em outros sistemas. O que vale ressaltar aqui, é a forma em que este atua sobre a sociedade capitalista, sob vigência da ordem burguesa, que detém o controle social e os meios de produção e, também, mantém a “ordem social” segundo seus ideais. Agnes Heller ressalta que em uma sociedade onde está presente a divisão de classes, o capitalismo propaga o preconceito para manter o controle social.

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos de classes dominantes, mesmo quando essas pretendem, na esfera para-si contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolveu as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobiliza em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos. (HELLER, 1970, p. 54)

O preconceito se manifesta de diversas maneiras entre a classe dominante e a dominada. Com relação às mulheres e à população LGBTs, focos deste estudo, o preconceito se intensifica de acordo com a classe e a raça. O preconceito é, sempre, um juízo provisório que se cristaliza sem necessitar de averiguação sobre sua veracidade.

Tendo em vista que Cuba é um país em transição socialista, estudar como se estrutura o preconceito dentro de uma sociedade onde não há uma divisão de classes, passa a ser de suma importância, sobretudo para um país que passou por várias transformações culturais e econômicas após a revolução de 1959, que são pertinentes para a América Latina. Destacar esses processos enfatizando a luta contra as opressões sobre as mulheres e a diversidade sexual, fazendo um recorte racial, é necessário para uma aproximação e entendimento de suas políticas públicas, que a partir do mesmo foi universalizada como um marco histórico para o desenvolvimento da Ilha em

vários setores, buscando um projeto de justiça social e transformações culturais, que a partir do mesmo luta por uma sociedade igualitária.

Nesse sentido, este estudo pretende apontar o desenvolvimento de políticas públicas e ações criadas pelo governo cubano para combater a violência, os preconceitos e a criminalização das mulheres e da população LGBTs, combater a negação de seus direitos no campo da emancipação política, processo este que pode enriquecer, não mecanicamente, níveis crescentes de emancipação social. Essa tese reafirma o projeto societário que contém como parte de sua proposta a defesa da equidade social, também na América Latina. Além disso, este estudo visa uma aproximação com as temáticas e um aprofundamento com a cultura da Ilha de Cuba que aos longos dos anos vem resistindo ao sistema capitalista e ao imperialismo norte-americano. Esta experiência tem muito a oferecer aos países da América Latina principalmente para o Serviço Social brasileiro. Esse estudo é uma primeira aproximação que está longe de se esgotar.

## **2.1. Mulheres cubanas**

Partindo da perspectiva de que a totalidade é a síntese de múltiplas determinações, para compreender como a mulher cubana faz suas escolhas dentro das alternativas que lhes são dadas, é preciso exaltar as conquistas feitas e os desafios que ainda enfrentam.

Dois movimentos da história latino-americana foram marco na organização das mulheres no centro-sul do continente americano: a) os regimes autoritários da década de 1970; b) o avanço de políticas neoconservadoras que usaram e usam o sexo como um instrumento de discriminação social. O movimento das Mães da “Plaza de Mayo” é outro grande marco histórico para a organização das mulheres da América Latina, pois o confronto com o governo militar de Videla na Argentina (1976-1981) redefine a noção de cidadania e polis.

A partir da década de 1980, as mulheres tornaram-se protagonistas de uma série de movimentos independentes das grandes correntes políticas. Lutaram pela causa feminina, por seus direitos essenciais. Sendo assim,

[...] a organização e a defesa das condições de vida é uma esfera real e potencial de participação das mulheres dos setores populares em

vários níveis: de bairro, de comunidade, municipal, nacional. Além disso, em épocas de derrota, quando as conquistas populares se retraem diante de regimes autoritários que questionam o nível de participação e as próprias condições materiais de existência e sobrevivência dos setores sociais inferiores, organizações como essas constituem alguns dos poucos movimentos sociais viáveis no sentido de reagir. (JELIN, 1990, p.187).

A luta que articula os direitos da mulher, a igualdade de gênero em todos os níveis e as determinações de classe, possui as melhores condições para realizar a crítica radical da ordem em curso e, ao mesmo tempo, das inúmeras opressões que se constituem sob as condições históricas impostas pelo capital. Destaca SAFFIOTI (2013, p. 65) ao abordar a questão feminina:

[...] ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

No caso específico de Cuba, o tema sofreu profundas transformações a partir do triunfo do Movimento 26 de Julho em janeiro de 1959, com a participação direta de várias mulheres. O aprofundamento da Revolução Cubana, seu desenvolvimento, consolidação, crise (dos anos 1990 – conhecida como período especial) e seu atual momento de reconstrução, sempre contou com a participação decisiva das mulheres. A Federação das Mulheres Cubanas, importante órgão que também atuou junto ao Trabalho Social-Serviço Social neste país, é um exemplo.

A figura da mulher se fez presente desde os primeiros movimentos para a Revolução socialista cubana, resposta dada ao que enfrentaria toda a América Latina a partir dos anos 1960: um conjunto de ditaduras cívico-militares financiadas pelos EUA. Durante o século XIX, em Cuba, mulheres tais como Mariana Grajales Cuello já lutavam pela independência do país, que na época permanecia sob influência espanhola. Já sob um regime ditatorial de Fulgencio Batista, ditadura apoiada pelos EUA e implantada em 10 de março de 1952, as mulheres participaram ativamente da resistência que culminaria com o triunfo da Revolução Cubana em dia 01 de janeiro de 1959.

Num primeiro momento pós Revolução, muitos acreditam que ao superar a exploração, conseqüentemente teriam o fim de diferentes opressões. No ano seguinte, Vilma Espín (guerrilheira em “Sierra Maestra” e coordenadora da província do Oriente durante a Revolução), junto a outras mulheres, criou a Federação das Mulheres Cubanas (FMC), que foi uma resposta à necessidade de ações e estratégias específicas para mudar a situação social das mulheres a partir de 1959. O governo acredita que a chave para a equidade de gênero era a política social:

[...] la dimensión desde la que se asume el empoderamiento de las mujeres, que va más allá de la definición estrecha de alcanzar determinadas cuotas o posiciones en el poder político, para utilizar el concepto desde una perspectiva más amplia que lo visualiza desde la potenciación de las posibilidades y oportunidades de participación plena y en igualdad de condiciones. (MOYA, 2010, p. 3)

E a FMC tornou-se o mecanismo para materializar as políticas relacionadas às mulheres. Atualmente a proposta é viabilizar o “Objetivo 3 do Milênio”<sup>3</sup>, que também luta pela igualdade e emancipação da mulher. Como meio para substancializar essa luta foram criadas três instituições básicas: a) o “Centro de Capacitación de la Mujer”, responsável pela preparação e formação de líderes para atuar em todas as instituições com cargo de direção; b) o “Centro de Estudios de la Mujer”, que tem um perfil mais acadêmico e investigativo; c) e, por último, as “Casas de Orientación a la Mujer y la Familia”, presentes em todos os municípios, destinados a implementar programas comunitários direcionados às mulheres e sua família. Por esse espaço tem se intensificado a luta pela igualdade de direitos, de oportunidades e possibilidades entre homens e mulheres, realizados por meio de atividades de caráter educativo.

A Federação das Mulheres Cubanas vem trabalhando como interlocutora do governo na elaboração de políticas nacionais que evidenciam resultados que se aproximam cada vez mais do “Objetivo 3 do Milênio”. Além

---

<sup>3</sup> “Objetivo 3 del Milenio em relación a la equidad de género y gran parte de los compromisos assumidos em el Plan de Acción Nacional de Beijing” (Ruiz, 2010, p.75).

da mudança radical em todos os âmbitos que envolvem as mulheres, foram realizadas em Cuba, com destaque, ações que diminuíram ou até mesmo eliminaram várias formas de violência contra a mulher. Isso se deu por meio da conscientização sobre gênero (aquilo que é determinado socialmente), bem como por meio da realização de políticas sociais com avanços na legislação que permitiram a proteção dos direitos voltados às mulheres. Foram dados, assim, passos importantes na direção da equidade de gênero.

Em suma, é preciso criar ações institucionais e políticas que reafirmem a mulher como sujeito da sua história, que permita sua emancipação política-humana. Seguramente que esta pauta libertária é insubstituível para os grupos progressistas. Mas é importante ressaltar: essa luta é, ao mesmo tempo, um combate às opressões de gênero, às demais opressões e a desigualdade de classes.

## **2.2. A diversidade sexual em Cuba**

O ser humano é sexualmente diverso, o que possibilita inúmeras formas de relações sexuais. É por isso que na atualidade se faz muito necessário discutir acerca da diversidade sexual, porque mesmo diante de tantas possibilidades sexuais a sociedade em geral segue um modelo de “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2008, p. 45) que estabelece um padrão binário e gera regras sociais, causando assim um estranhamento que leva ao preconceito ao que é dito como “diferente”. O preconceito é uma violência que se manifesta de inúmeras maneiras. Para ser combatida requer experiências e representações sociais que envolva o Estado, a família, a escola, a saúde e políticas públicas voltadas para várias formas de opressão existentes.

Perante o exposto, é possível uma breve comparação entre o Brasil, um país capitalista, e Cuba que vem sustentando certa tradição socialista. Embora o Brasil tenha conquistado avanços significativos no debate referente à questão LGBTs criando ações específicas para a classe, com apoio de movimentos sociais ligados à temática visando combater o preconceito e a discriminação, ainda se mostra um tanto contraditório visto que está entre os países que mais



agridem e matam pessoas pertencentes a classe LGBTs. A partir disso, propõe-se um estudo sobre políticas públicas e ações criadas em Cuba cujo sistema é totalmente contrário ao Brasil.

Em meio às transformações sociais cubanas, desde a vitória da Revolução em janeiro de 1959, podemos afirmar que até 1970 não foram criadas políticas para o segmento LGBTs, como afirma Mariela Castro Espín em uma entrevista para o jornal Opera Mundi

[...] a Revolução permitiu ao povo cubano conseguir a soberania nacional e colocou em xeque inúmeros paradigmas, como a virgindade da mulher como condição prévia ao casamento, a ausência do divórcio, o status do homem como chefe de família, a fidelidade da mulher frente a infidelidade do homem, a desqualificação da família monoparental e da mulher solteira, mas não se interessou pelo problema da diversidade sexual.

A falta de interesse do governo Cubano para criar ações para a população LGBTs é o reflexo de um país com herança cultural patriarcal e homofóbica, influenciada pela igreja católica, que era dominante em toda América Latina.

Em 1972 a Federação de Mulheres Cubanas (FMC) criou o primeiro órgão voltado para a diversidade sexual: o Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX), responsável pela criação de grupos para discutir ações e planos contra a discriminação de gênero. Em 1989, o CENESEX passa a fazer parte do Ministério da Saúde Pública com a finalidade de receber verbas do governo já que a Federação de Mulheres Cubanas era uma organização não governamental, ser reconhecido pelo governo Cubano como um centro especializado. Essa foi uma grande conquista para o CENESEX. Atualmente ele é dirigido por Mariela Castro Espín, filha de Vilma Espín, fundadora do FMC e de Raúl Castro, ex-presidente da ilha.

Atualmente o CENESEX é um dos órgãos mais importantes de Cuba, composto por uma equipe interdisciplinar, profissionais das ciências sociais, educação e saúde responsáveis por criar intervenções e ações para combater a homofobia em toda a ilha. Uma das ações do CENESEX é a organização da Jornada do Orgulho Gay, uma atividade criada pelo mesmo com o apoio do Ministério da Cultura que acontece desde 2007, no dia 17 de Maio. O evento

se tornou uma tradição em Cuba com duração de uma semana, com o objetivo de conscientizar a comunidade cubana por meio de palestras e intervenções artísticas, com projetos na área da saúde, educação e social. Um dos intuitos do evento é gerar materiais que são retirados da Semana do Orgulho Gay para a construção de revistas informativas, que são distribuídas nas escolas e em espaços públicos durante o ano com o intuito de conscientizar e informar a população. A semana do Orgulho Gay é uma das ações mais importantes para a Ilha, pois acontece em todas as regiões de Cuba. Tem como objetivo levar as demandas da diversidade sexual à população, dando visibilidade ao assunto de forma séria visando o trabalho educativo.

Além disso, o CENESEX dispõe de um conselho jurídico que está à frente de todos os assuntos que englobam a questão, uma política pública universal que garante os direitos da sexualidade.

[...] el Programa Nacional de Educación y Salud Sexual (ProNESS), coordinado por el Centro Nacional de Educación Sexual (CENESEX), constituye una plataforma rectora, a instancia nacional, provincial, municipal y comunitaria, con un enfoque de género y de derechos humanos, multidisciplinaria y participativa, con el fin de contribuir a la dignidad plena del ser humano y al desarrollo de la sociedad socialista en el contexto cubano. Entre sus objetivos se ubican: potenciar el acceso de toda la población cubana a una educación integral de la sexualidad con criterios de calidad a lo largo del curso de la vida, basada en derechos humanos, con enfoque de género y diversidad, así como contribuir al reconocimiento y garantía de los derechos sexuales y reproductivos. El subgrupo jurídico político tiene como objetivo el análisis de las normas jurídicas vigentes para proponer reformulaciones a las mismas e incluso nuevas normas jurídicas. Los análisis anteriormente expuestos han sido parte de las discusiones sostenidas en las reuniones de trabajo de este subgrupo u los Talleres Nacionales del ProNEES. (VASQUEZ, 2017 p.112).

Outro ponto muito importante que é preciso ser destacado é que o Ministério da Saúde Pública de Cuba criou, em junho de 2008, a Comissão Nacional de Atenção à Saúde Integral de Pessoas Transexuais (CNASIPT).

[...] En esta norma hallan garantía de orden material e institucional los derechos sexuales relativos a la libertad sexual, la autonomía, integridad y seguridad sexuales, así como la educación y la atención de salud sexuales de forma universal y gratuita. A través de las condiciones que crea esta disposición se asegura la posibilidad de expresar física y emocionalmente la sexualidad tal como desean las personas transexuales, así como la evidente capacidad de decidir

sobre los cambios que implican las cirugías de reasignación sexual sobre los cuerpos. (VÁZQUEZ, 2017 p. 122).

Como podemos perceber o CENESEX é referência em Cuba, pois é um centro que cria ações a partir da realidade de sua população. Todas as intervenções feitas pelo centro são sistematizadas em forma de revistas de sexologia que sai três vezes ao ano e são distribuídas nas bibliotecas da ilha com o intuito de ganhar espaço nas mídias locais e fomentar o debate. As revistas também são encontradas em versões eletrônicas. Vale ressaltar que em 2012 a orientação sexual passou a ser parte do plano de luta do Partido Comunista Cubano. Nas palavras de Mariela Castro Espín, em entrevista para o jornal Opera Mundi:

Graças ao permanente diálogo que mantemos com os legisladores e com o Partido Comunista, atualmente, pela primeira vez na história da Revolução, nos documentos debatidos em 2012, a orientação sexual foi incluída como motivo de discriminação geral contra a qual se deve lutar, e sobre o qual a imprensa deve discutir sem censura ou tabu. Os homossexuais poder participar da vida pública, como todos os cidadãos, sem qualquer discriminação.

O preconceito contra a diversidade sexual está presente em Cuba como em toda sociedade moderna. Combater o preconceito é uma tarefa complicada, mesmo em um país que não vive em um sistema capitalista. O preconceito está inserido em toda sociedade e requer um trabalho educativo com a população, além da garantia de direitos. As políticas citadas neste estudo expressam o começo de uma instigação sobre a Ilha, o que podemos afirmar é que Cuba está caminhando a passos pequenos na defesa de direitos para a diversidade sexual construindo assim um trabalho educativo e fornecendo acesso às políticas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo sobre as mulheres e a população LGBTs dentro de Cuba, está longe de se esgotar aqui. Todavia, já é possível perceber que o país assumiu qualquer ato opressor como um afronte à transição socialista que vem em curso com todas a suas contradições.

[...] Desde entonces el enfoque cubano del desarrollo se definió como un proceso en el que el crecimiento económico debía ir acompañado de la superación de todas las barreras culturales que limitarían la

integración social de los diversos grupos tradicionalmente marginados, como condición para un desarrollo humano y sostenido. (CERVANTES, 2010, p. 7)

Na questão da mulher as políticas públicas trouxeram uma mudança concreta para o cenário cubano, mudanças que ultrapassam a esfera pública e alcançam a vida privada. Mulheres que se tornaram mães, no primeiro ano, podem tirar licença que garante durante três meses depois do parto e os outros 9 meses recebem 60% do seu salário. Em 1965 foi legalizado o aborto e, por último, importante exemplo da política cubana para com mulheres, é que cerca de 48,66% do Parlamento é ocupado por mulheres<sup>4</sup>.

O processo de fortalecimento de mulheres se mantém como um processo contínuo dentro de Cuba. Ao mesmo tempo, a luta pelo enfrentamento dos padrões culturais é intensa e tem revelado grandes mulheres como parte de sua história, que inspiram o movimento de mulheres de todos os lugares. Vale ressaltar, todavia, que para a conquista da igualdade de gênero, é necessária uma ordem justa e equitativa no âmbito nacional e internacional.

As políticas abordadas neste estudo sobre a diversidade sexual se constitui como um primeiro passo para uma aproximação, neste campo, com Cuba. O tema é muito amplo e requer muita atenção principalmente na Ilha que visa uma sociedade igualitária. O que vale destacar, nesse primeiro momento, é o compromisso do país com a questão e como estão sendo efetivadas as políticas para os mesmos e o trabalho educativo que é uma das bases do governo cubano. Salientando que ainda falta muita coisa para que Cuba atinja uma sociedade justa e sem opressão, mas o que podemos dizer é que ela está construindo um caminho para essa sociedade. A sobrevivência do legado cubano, de seu humanismo, dependerá da vitória de um projeto humanamente emancipatório em escala mundial.

Enfim, Cuba é um país muito rico socialmente. É preciso conhecer suas especificidades e entender seu sistema que passa por transformações

---

<sup>4</sup> LAMRANI, Salim. 25 verdades para Yoani Sánchez sobre o papel da mulher em Cuba. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/32720/25+verdades+para+yoani+sanchez+sobre+o+papel+da+mulher+em+cuba.shtml>>

constantes, para que se possa estabelecer um diálogo propositivo com a realidade brasileira. Nisto se inserem o Serviço Social brasileiro e o “Trabajo Social” cubano.

#### 4. REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. 2. ed. Civilização Brasileira, 2008.

CÉSAR, Maria Auxiliadora. **Mulher e política social em Cuba**: o contraponto socialista ao bem-estar capitalista. Brasília: Edições Alva, 2004.

CISNE, Mirla; , Silvana Mara Morais dos Santos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. 206 p.

COLETIVO DE AUTORES. **El Trabajo Social como profesión**. Valores y principios éticos. La Habana: Editora Félix Varela, 2008.

COLECTIVO DE AUTORES. **El trabajo social. Su aporte a la emancipación humana**. Santa Clara, Villa Clara, Cuba: Editorial Feijóo/ Centro de Estudios Comunitarios de la Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas, 2011.

COLECTIVO DE AUTORES. **El trabajo social. Su aporte a la emancipación humana**. Santa Clara, Villa Clara, Cuba: Editorial Feijóo/ Centro de Estudios Comunitarios de la Universidad Central “Marta Abreu” de Las Villas, 2012.

COLECTIVO DE AUTORES. 50 Años después: mujeres em Cuba y cambio social. **Oxfam Internacional**, Cidade de Havana, 2010.

CORREA, Yenia Silva. A mulher cubana no novo âmbito econômico. **Granma**. Disponível em: <<http://www.granma.cu/idiomas/portugues/cuba-p/14mayA%20mulher.html>> . Acesso em 20 de abril de 2017.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4 ed., Rio de Janeiro, Paz Terra, 1970.

HOLLANDA, H. B, de (orgs). **¿Y nosotras latino-americanas? Estudos sobre gênero e raça**. São Paulo: Fundação Memórias da América Latina, 1992. (Relatório de eventos).

SANTOS, Giselli Cristina dos Anjos. Mulher e revolução em Cuba. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. IMPERIALISMO, NACIONALISMO E MILITARISMO NO SÉCULO XXI. 4., 2010, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2010.

LUKÁCS, G. Questões metodológicas preliminares. LUKÁCS - Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. **Ciências Humanas**, São Paulo, 1979. 174 p.

MARRERO, Roberto Garcés. Homofobia: diagnóstico preliminar de un tema pendiente. **Revista sexologia e sociedade.**, n. 21, 2015.

NUÑES, Messiel Rodríguez. La realidad de lesbianas, gays, bisexuales, transexuales e intersexuales. Una aproximación a sus vulnerabilidades sociales. **Revista sexologia e sociedade**, n. 22, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. **A mulher na sociedade de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEIJIDO, Manoel Vázquez . Derechos sexuales y violencia de género: algunas aproximaciones a la problemática de la violencia hacia personas LGBTI en Cuba. **Revista sexologia e sociedade**, n. 23, 2017 .

SILVA, J. F. S. da; GUTIÉRREZ, Teresa del Pilar Muñoz (orgs). **Política Social e Serviço Social – Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Editora Veras, 2016. (Coleção Coletâneas número 6) .

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço social resistência e emancipação?**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. 277 p.

SILVA, J. F. S. da; GUTIÉRREZ, Teresa del Pilar Muñoz (orgs). **Política Social e Serviço Social: Brasil e Cuba em debate**. São Paulo: Editora Veras, 2016. (Coleção Coletâneas).

OPERA MUNDI. **25 verdade para Yoani Sánchez sobre o papel da mulher em Cuba**. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/32720/25+verdades+para+yoani+sanchez+sobre+o+papel+da+mulher+em+cuba.shtml>> Acesso em: 28 de julho de 2018.

VALLE, Marta Dennis. **Cena politica cubana será dominada por mulheres negras**. Disponível em <<https://pcb.org.br/portal2/19551/cena-politica-cubana-sera-dominada-por-mulheres-negras>> Acesso em: 26 de junho de 2018.

OPERA MUNDI. **Após eleições de março, Cuba é o 2º país do mundo com mais mulheres no Parlamento**. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/31446-2/03042018/>> Acesso em: 05 de julho de 2018.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA, Maria Lúcia T.; COUTO, Berenice Rojas; MARQUES, Rosa Maria, de (orgs). **Proteção Social no Brasil e em Cuba**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.